

International Mining for Development Centre
Mining for Development: Guide to Australian Practice

Avaliação do impacto social de projectos de exploração de recursos

Daniel Franks



Australian Government
AusAID



THE UNIVERSITY
OF QUEENSLAND
AUSTRALIA



THE UNIVERSITY OF
WESTERN AUSTRALIA

The **International Mining for Development Centre** has been established to promote more sustainable use of minerals and energy resources in developing nations by assisting governments and civil society organisations through delivery of education and training, fellowships, research and advice. Our focus is on three core themes of Governance and Regulation, Community and Environmental Sustainability, and Operational Effectiveness.

Prepared by Daniel Franks

Senior Research Fellow
Centre for Social Responsibility in Mining
Sustainable Minerals Institute
The University of Queensland, Australia

The Centre for Social Responsibility in Mining (CSRMI) was established by the University of Queensland in 2001 in response to growing interest in and debate about the role of the mining and minerals industry in contemporary society.

This report does not necessarily represent the views or the policy of AusAID or the Commonwealth of Australia.



Introdução

Nos últimos tempos, o desempenho social de projectos de exploração de recursos tem atraído uma maior atenção e escrutínio por parte das comunidades, governos e cada vez mais por parte de empresas de exploração mineira e energética. **A maneira como os custos e benefícios provenientes do desenvolvimento dos recursos são distribuídos pode ter uma enorme influência no sucesso dos projectos e esta percepção levou a um fortalecimento da política governamental e corporativa relativamente à avaliação do impacto social (SIA), responsabilidade social e relações com a comunidade.**

Este artigo descreve os aspectos do quadro legislativo e político para a avaliação e gestão dos impactos sociais dos projectos de exploração recursos na Austrália. Os governos estatais australianos adoptaram várias abordagens para a avaliação e gestão dos impactos sociais. Não se pretende com este artigo fornecer uma revisão ampla da política SIA na Austrália, nem que este seja utilizado como um guia para os requisitos jurisdicionais. Pretende-se, sim, destacar as iniciativas de práticas de liderança que apresentem melhores resultados para as comunidades, assim como para os grupos sociais que sofrem algum impacto com estes projectos.

O artigo começa com um esboço das questões sociais associadas ao desenvolvimento dos recursos e com uma explicação da SIA e da sua importância. Estão resumidos uma série de estudos de iniciativas e políticas adoptadas pelos governos australianos.

A importância de um ambiente político que encoraje um bom desempenho social

As empresas de desenvolvimento de recursos com experiência e capacidade para desenvolver projectos e que têm a reputação de ser responsáveis e sensíveis nas suas relações com os governos, comunidades e sociedade civil são atraídas para jurisdições com regimes de governação claros e eficazes. Estas companhias têm vindo a apreciar os desafios económicos, sociais e ambientais resultantes da exploração mineira. Estas entendem que a gestão irresponsável das questões económicas, sociais e ambientais reduz as perspectivas de sucesso do desenvolvimento a longo prazo e pode resultar em atrasos, paralisações e eventual encerramento dos projectos.

As vantagens para o negócio e administração de um regime com uma política eficaz para a avaliação e gestão dos impactos sociais incluem:

- Assegurar que os desenvolvimentos contribuam para um crescimento económico e desenvolvimento social a longo prazo;
- Atrair empresas capazes e eficazes;
- Reduzir os riscos do projecto e oferecer estabilidade para investidores, governo e sociedade;
- Aumentar o sucesso a longo prazo e evitar atrasos, paralisações ou eventual encerramento dos projectos;
- Identificar desde logo as questões, evitando e reduzindo custos em comparação com soluções que não são planeadas e incorporando custos inevitáveis de viabilidade, desenvolvimento do projecto e planeamento;
- Planear as infra-estruturas físicas e sociais;
- Informar e envolver as partes interessadas, quer internas quer externas, e auxiliar na construção da confiança e benefícios para os intervenientes;
- Melhorar a qualidade de vida dos empregados e aumentar o interesse e a fixação de trabalhadores qualificados;
- Aumentar a vantagem competitiva e a reputação, implementando abordagens inovadoras, estabelecendo padrões elevados para outras empresas e deixando um legado positivo para além da duração do projecto, e
- Cumprir com os princípios e padrões internacionais.

OS IMPACTOS SOCIAIS DO DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS

O desenvolvimento de recursos traz mudança. Os projectos têm um potencial impacto negativo no ambiente, nas comunidades, nas economias subjacentes e nos desenvolvimentos futuros. Por outro lado, estes projectos podem também trazer oportunidades através da conversão dos recursos naturais em recursos financeiros, do desenvolvimento de capacidades sociais e aptidões, do desenvolvimento de infra-estruturas de negócio e do investimento desses recursos em programas ambientais e sociais.

As mudanças económicas, sociais e ambientais estão interligadas. O impacto nos ecossistemas, por exemplo, pode comprometer os serviços ambientais que são fornecidos por esses ecossistemas, as economias e os meios de subsistência das pessoas que dependem destes serviços. Os impactos também são dinâmicos. Por exemplo, as novas oportunidades de emprego são muitas vezes consideradas um benefício importante resultante dos projectos e podem conduzir a desafios sociais caso os requisitos exigidos pela indústria não estejam disponíveis a nível local ou não tenha havido tempo para o desenvolvimento de programas de formação profissional. A migração planeada ou não planeada de trabalhadores e o crescimento populacional associado pode criar enormes exigências nos serviços sociais, tais como, saúde, educação, habitação e comércio, assim como nas infra-estruturas físicas e sociais. Caso seja bem gerido, o crescimento da população pode ser a razão pela qual se melhorem infra-estruturas e serviços, no entanto, o extenso período de espera necessário para melhorar os serviços e infra-estruturas já existentes tem criado desafios em muitas regiões de exploração de recursos.

A migração e as mudanças demográficas podem também desafiar a coesão social e os costumes da comunidade e perturbar a ordem social. Num local onde trabalhadores solteiros são uma parte da mão-de-obra, a prostituição pode ser algo comum. Os campos de trabalhadores podem ser uma fonte de descontentamento local se não forem efectivamente integrados nas comunidades locais.

O desenvolvimento poderá perturbar os costumes das terras e das indústrias locais, tais como, a agricultura, o turismo e a pesca. À medida que as actividades de desenvolvimento aumentam, a procura de bens e serviços pode resultar num aumento de preços. Os funcionários de empresas de prestação de serviços e indústrias agrícolas, que geralmente não auferem o mesmo rendimento dos trabalhadores do sector dos recursos, poderão não estar numa posição de apoiar este aumento de custos. Por outro lado, o desenvolvimento dos recursos, se bem gerido, oferece a oportunidade de fortalecer as empresas e economias e gerar impostos e taxas.

A maneira como a mudança ocorre também influencia a forma como essa própria mudança é sentida pela sociedade. Quando as partes intervenientes têm oportunidade de participar activamente na tomada de decisões do desenvolvimento dos recursos e garantir que o projecto esteja de acordo com os seus valores e modos de vida, as experiências resultantes desses desenvolvimentos tendem a ser mais positivas e a sua atitude perante os projectos mais favorável. A participação do público pode assumir a forma de consulta à comunidade local, oportunidades que fomentem o envolvimento da sociedade civil nos processos de avaliação de impacto, ou uma participação mais activa, como por exemplo, participação em painéis de referência em cursos comunitários ou participação em iniciativas de monitorização social e ambiental.

When stakeholders have an opportunity to actively participate in the decision-making of resource developments and ensure the project is consistent with their values and livelihoods, their experience of those developments tends to be more positive and their attitudes toward projects more supportive.

Tabela 1. Mudanças comuns inferidas pela exploração mineira que pode resultar em impacto social (Franks, 2011).

Mudanças Sociais e Culturais	
População e demografia	Migração, emigração, campos de trabalhadores, inclusão social, crescimento ou declínio de cidades, conflitos e tensões entre grupos sociais
Infra-estruturas sociais e serviços	Procura e investimento em habitação, aptidões (falta e retenção de pessoal), acolhimento de crianças, saúde, educação e formação
Crime e Ordem Social	Corrupção, violência doméstica, violência sexual, abuso e tráfico de substâncias, prostituição, alterações das normas sociais, ritmo da mudança para comunidades vulneráveis
Cultura e costumes	Mudança nos papéis tradicionais da família, mudança na produção e na base do emprego, efeito da economia baseada em dinheiro, participação limitada na sociedade civil, coesão comunitária, noção de lugar, liderança comunitária, herança cultural
Saúde da Comunidade e segurança	Doença, acidentes rodoviários, derramamentos, abuso do consumo de álcool e de substâncias, poluição, suspensão no fornecimento de comida tradicional, programas de consciencialização e tratamento
Trabalho	Saúde e Segurança, condições de trabalho, remuneração, direito a reuniões, representação em sindicatos, participação das mulheres como força de trabalho
Género e Grupos Vulneráveis	Experiência desproporcional do impacto e marginalização de grupos vulneráveis (ex.: mulheres, inválidos, idosos, minorias étnicas, indígenas e jovens), igualdade na participação e oportunidades de emprego.
Direitos Humanos e Segurança	Abuso por parte do pessoal responsável pela segurança (governo, empreiteiros, companhias), distúrbios sociais nos campos, supressão de greves, alvo de activistas, programas de defesa dos direitos
Mudanças Económicas	
Distribuição de benefícios	Emprego, lucros, royalties e taxas, formação, custos do comércio local, programas sociais e de desenvolvimento comunitário, compensação, gestão de expectativas, distribuição justa a nível estatal/regional/ local/ étnico/ grupos de famílias, economia de dinheiro
Inflação/ Deflação	Habitação (Compra e Arrendamento), comida, acesso a serviços sociais
Infra-estruturas	Procura, Investimento em vias de comunicação rodoviárias, ferroviárias, portuárias, investimento para melhorar a rede de esgotos, telecomunicações, energia e fornecimento de água
Mudanças Socio-ambientais	
Poluição e amenidades	Ar (ex.: pó), água (ex.: drenagem de ácidos e produtos provenientes dos metais, cianeto, eliminação de descargas de resíduos para ribeiras ou lençóis de água), barulho, amenidades cénicas, vibração, radiação, tráfego, capacidade governamental para monitorizar e regular
Recursos (acesso/ concorrência)	Terra, mobilidade, água (lençóis freáticos, provenientes de rios e de oceanos), recursos minerais (artesanais e exploração mineiras em pequena escala), herança cultural, recursos florestais, humanos e uso da terra pós-exploração mineira
Restabelecimento	Consentimento e consulta para a reinstalação, compensação, vínculo com a terra, adequação em reestabelecer habitação e instalações, igualdade, condições pós-instalação, modos de vida
Perturbação	Interrupção das actividades económicas e sociais (geradas pela exploração), consulta para o acesso da terra, frequência e sincronização, compensação
O Processo de Mudança	
Envolvimento da Comunidade	Consulta, comunicação, participação, autonomia, acesso às pessoas que decidem, transparência, sincronização e inclusão - particularmente para os grupos vulneráveis e marginalizados - respeito pelos costumes e estruturas de autoridade, relatórios
Consentimento	Soberania indígena, títulos (consentimento livre, prévio e informado), consentimento da comunidade
Participação	Planeamento, desenvolvimento de programas, monitorização, selecção de alternativas e tecnologias, aspectos operacionais
Reparação	Resolução de queixas e litígios, ter conhecimento das questões, compensação, mitigação
Acordos	Igualdade, homenagem oportuna dos compromissos, questões com a entrega, coacção, transparência das obrigações, capacidade e governação (incluindo capacidade governamental para responder e gerir as mudanças)
Desenvolvimento da comunidade	Participação, adequação, oportunidade, capacidade de facilitar, consistência, priorização

O QUE É A AVALIAÇÃO DE IMPACTO SOCIAL?

A avaliação do impacto social (SIA) é um processo para compreender e responder às questões sociais associadas ao desenvolvimento.

O objectivo da SIA é identificar, evitar, atenuar e melhorar os resultados para as comunidades e ser mais eficaz como um processo interactivo enquanto se processa o desenvolvimento, ao invés de ser uma actividade única desde o início da exploração mineira. (Vanclay 2003; Becker e Vanclay 2006; Franks 2011; Esteves et al.,).

Embora originalmente concebido como uma ferramenta para a previsão de impactos dos projectos propostos antes do desenvolvimento, a SIA deve agora incluir os sistemas e estratégias desenvolvidas durante as fases de implementação de um projecto (incluindo a exploração) para monitorizar, informar, avaliar, analisar e responder proactivamente à mudança.

O impacto social é algo que é vivido ou sentido (realmente ou percebido) por um indivíduo, grupo social ou unidade económica. Os impactos sociais são o efeito de uma acção (ou ausência da mesma) que pode ser positiva ou negativa. Os impactos sociais são distintos dos processos de mudança social, em parte devido ao facto de diferentes grupos sociais poderem sentir uma mudança social de uma forma diferente, dependendo das circunstâncias. (Vanclay, 2002).

A avaliação de impacto social pretende: identificar as principais questões a partir da perspectiva dos sujeitos potencialmente afectados por estes projectos; prever e antecipar mudanças; incorporar esses conhecimentos em sistemas e estratégias permanentes de forma a responder proactivamente às consequências do desenvolvimento (Vanclay e Esteves, 2011).

As fases da avaliação do impacto social

A avaliação do impacto social pode ser compreendida como uma série de fases distintas, mas interactivas dentro de um processo adaptável de gestão (Franks, 2011).

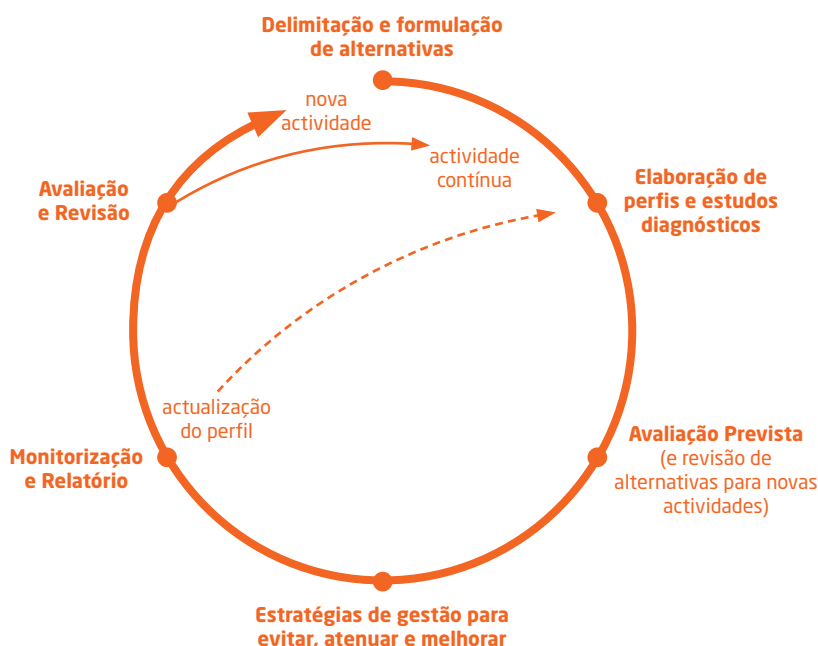
1 Delimitação e formulação de alternativas

A fase de delimitação define os parâmetros para as fases posteriores de avaliação e gestão ao determinar a dimensão, conjuntura e objectivo da avaliação, determinando quem é mais susceptível de sofrer com o impacto identificando as acções que podem resultar em impactos. A delimitação começará pela definição do objectivo da avaliação e identificação do material de referência que possa eventualmente influenciar essa mesma avaliação. Opções alternativas devem ser antecipadas para posterior análise e apreciação inicial do impacto das variações desenvolvidas. A informação obtida na fase de delimitação pode ser a definição do objectivo, da dimensão, das questões prioritárias e de termos de referência para as fases seguintes de avaliação e gestão.

2 Elaboração de perfis e estudos diagnósticos

A elaboração de um perfil social consiste em compreender através da investigação social e económica as comunidades e as partes intervenientes que sofrem um potencial impacto pelas actividades exercidas. A elaboração de um perfil pressupõe análise das características sociais e económicas de uma região num determinado período de tempo. Os estudos diagnósticos são a apreciação do estado de uma comunidade ou grupo social antes que qualquer actividade ocorra. Os estudos diagnósticos fornecem uma referência face aos potenciais impactos que podem ser antecipados e às mudanças que podem ser calculadas. Após a revisão de informação secundária, e da identificação das lacunas, é desenvolvido um programa para a recolha de dados primários.

Figure 1: As fases de avaliação de impacto social dentro de um processo de gestão adaptável e interactivo (adaptado Franks, 2011).



3 Avaliação prevista e revisão de alternativas

Durante esta fase, os efeitos prováveis são identificados e calculados, e a sua dimensão e importância avaliadas usando métodos técnicos e participativos. A escolha dos métodos dependerá do tipo de actividade e da altura do desenvolvimento dos recursos. Os resultados da avaliação de previsão e análise são geralmente classificados pela sua dimensão e nível de importância. Estes são utilizados para fornecer informação às partes intervenientes no processo, assim como aos engenheiros e promotores dos projectos de modo a modificar e a rever o mesmo, ajudando-os a decidir qual das alternativas propostas atinge os objectivos do projecto e ainda melhorar os resultados sociais e evitar impactos negativos.

4 Estratégias de gestão para evitar e atenuar impactos sociais negativos e aumentar os impactos positivos

Os resultados da avaliação prevista devem então ter em conta todos os aspectos do negócio. Podendo assumir a forma de sistemas formais de gestão do impacto social, iniciativas e programas sociais, plantas do local, acordos e desenvolvimento de procedimentos operacionais padrão para situações de alto risco. Exemplos de procedimentos de gestão para lidar com questões incluem planos de gestão de património cultural, grupos de referência da comunidade, financiamentos e fundos da comunidade, direitos humanos e formação para a consciencialização cultural (ligada a sistemas de recursos humanos) e as políticas locais de abastecimento e compra.

5 Monitorização e Relatório

A fase de monitorização e de relatório envolve recolha, análise e divulgação da informação ao longo do tempo. Esta fase pode auxiliar no aperfeiçoamento da avaliação, acompanhar o progresso dos métodos de gestão do impacto social e identificar as mudanças necessárias, informando as comunidades sobre a forma como estas serão afectadas, e promovendo um debate esclarecedor em torno destas questões.

6 Avaliação e Revisão

A fase final serve para avaliar e rever o processo de avaliação e gestão. Um processo de avaliação e revisão activo e dedicado - e mais importante, o ajuste de acções - são características fundamentais. A comparação dos impactos previstos durante a fase de avaliação com os impactos realmente sentidos durante a implementação ajudará a aperfeiçoar e a melhorar abordagens futuras.

Social impact assessment (SIA) is focused on how to identify, avoid, mitigate and enhance outcomes for communities and is most effective as an iterative process across the life cycle of developments, rather than a one-off activity at the outset of mining.

Os objectivos da avaliação do impacto social para os projectos de exploração de recursos

A política e os instrumentos legislativos aprovados pelo governo devem incentivar os objectivos que se seguem. Apesar de esta lista não ser exaustiva, ela identifica uma série de questões distintas relacionadas com o desenvolvimento de recursos.

Abordagem da duração/ ciclo de vida

Os responsáveis pelo desenvolvimento dos recursos devem ser encorajados a identificar e a dar resposta aos impactos sociais em todas as etapas durante a duração do desenvolvimento dos recursos com processos adoptados para integrar a gestão social em todos os aspectos de um empreendimento.

Deixando um legado a longo prazo

Estes empreendimentos devem ser incentivados a planear resultados que vão para além da duração da sua operação e devem adaptar as abordagens de forma a melhorar futuros empreendimentos pós exploração dos recursos. Ao deixar um legado positivo ultrapassam a mitigação dos impactos negativos - isso significa proporcionar algo de benéfico para além da operação a toda a região.

Compromisso

Os responsáveis pelo desenvolvimento de recursos devem ser encorajados a assumir compromissos contínuos com, e participação da comunidade e do governo. Quando for adequado, os processos activos que procuram o envolvimento da comunidade na tomada de decisões devem ser considerados prioritários em relação aos métodos passivos de consulta.

Alinhamento

Os responsáveis pelo desenvolvimento da exploração dos recursos devem ser incitados a organizar as actividades de acordo com os planos da comunidade e do governo e do futuro previsto para a comunidade através do seu envolvimento.

Fortalecimento de capacidades

Investimentos sociais e actividades de desenvolvimento comunitário levadas a cabo pelos responsáveis pelo desenvolvimento de recursos devem, sempre que necessário, procurar fortalecer a capacidade das comunidades para empreender actividades e minimizar a dependências das empresas de exploração de recursos.

Parcerias

Quando apropriado, os responsáveis pelo desenvolvimento dos recursos devem ser incentivados a estabelecer parcerias com os governos locais e estatais, comunidades, com outras operações e com outras indústrias para lidarem com questões de preocupação e de interesse mútuo.

Equilíbrio entre o contexto operacional e regional

Os responsáveis pelo desenvolvimento dos recursos devem adaptar as suas abordagens ao contexto operacional individual; No entanto, devem igualmente procurar, quando necessário, adoptar uma abordagem mais ampla para garantir que a totalidade do impacto resultante de outras operações, indústrias e actividades sejam consideradas, e que os esforços para coordenar a gestão, monitorização e mitigação sejam explorados. Isto é particularmente importante nas províncias ricas em recursos onde se encontram várias operações em conjunto.

Coordenação

Devem ser incentivados a uma utilização mais estratégica de fundos, financiamentos e outros investimentos e actividades e a uma abordagem mais coordenada em todas as operações, agências governamentais e regiões geográficas.

Gestão adaptável e flexibilidade

Os responsáveis pelo desenvolvimento dos recursos devem ser incentivados a dar resposta à evolução das circunstâncias e maior conhecimento e consciência dos impactos ao longo do tempo. Estes devem demonstrar uma melhoria contínua.

AVALIAÇÃO DO IMPACTO NO CONTEXTO AUSTRALIANO

Sob o sistema australiano federal, a regulamentação e desenvolvimento dos recursos naturais são essencialmente da responsabilidade dos governos estatais da Austrália. A aprovação e a avaliação dos projectos de desenvolvimento de recursos são feitas ao abrigo da legislação do estado. A legislação governamental do estado democrático australiano pode ser aplicada em questões de direito privado, povos indígenas e títulos nativos, e assuntos de importância ambiental nacional (por exemplo, em questões que a Austrália tem obrigações de acordo com o tratado ambiental).

A avaliação de impacto social é quase exclusivamente definida com base nos sistemas estatais. Nas secções seguintes são resumidas uma série de políticas e estudos de casos de iniciativas adoptadas pelos governos na Austrália.

Política Comunitária de Recursos Sustentável - *Queensland*

A Política Comunitária de Recursos Sustentável foi introduzida em Setembro de 2008 e foi concebida não só para maximizar as oportunidades apresentadas pelos empreendimentos em regiões de recursos em *Queensland*, mas também para atenuar ou evitar efeitos adversos nas infra-estruturas comunitárias. Por infra-estruturas comunitárias entende-se todas as infra-estruturas permanentes e temporárias relacionadas com os serviços e processos que melhorem a capacidade social das comunidades e que possibilitam a inclusão de infra-estruturas ligadas à saúde, habitação, jovens, cuidados com os idosos, entretenimento, instalações de segurança comunitárias e segurança rodoviária. Esta política tem como objectivo melhorar a avaliação e a gestão contínua dos impactos sociais do desenvolvimento dos recursos, proporcionar uma maior coordenação e colaboração entre as partes interessadas e tratar das questões relacionadas com a governação dos recursos.

A política apresentou uma equipa dedicada à avaliação do impacto social (*SIA*) em conjunto com o Governo de *Queensland*, fomentou uma maior ligação entre as *SIA*, os planos da comunidade e do ordenamento do território e introduziu planos de gestão do impacto social (*SIMP*) para estabelecer as mudanças previstas nas comunidades, as estratégias delineadas para tratar dos impactos e da responsabilidade de todas as partes intervenientes em relação à gestão de questões sociais.

Esta política é apoiada por uma estrutura de governação que reporta ao ministro e inclui a representação da comunidade, governo e indústria. A nível estatal foi constituído um grupo de parceiros para partilharem informação estratégica, desenvolverem e coordenarem soluções, realizarem pesquisas sobre as melhores práticas e metodologias de avaliação e melhorarem os resultados para as comunidades de recursos em *Queensland*. A nível de uma província ou região de recurso, os grupos de liderança locais fornecem envolvimento contínuo, identificam estratégias e programas escolhidos para gerir os impactos, proporcionam ligações com processos de planeamento regional e desenvolvem projectos que abordam os impactos cumulativos do desenvolvimento dos recursos.

Mais informações acerca desta política podem ser encontradas em: <http://203.210.126.185/dsdweb/v4/apps/web/secure/docs/3072.pdf>

Relatórios de impacto para a aprovação de projectos

A avaliação do impacto social é necessária como parte do processo de aprovação regulamentar para os desenvolvimentos de recursos na maioria das jurisdições australianas. Estes *SIA* focam geralmente a previsão dos impactos relacionados com um projecto específico e são integrados nos relatórios de impacto ambiental (*EIS*) como parte da aprovação do projecto em cada nível do Estado.

Os relatórios das fases do projecto consistem no mesmo processo básico:

- 1 A produção de uma declaração de pareceres inicial (*Queensland*), pedido de aprovação (*New South Wales*), ou documento de delimitação de âmbito ambiental (Austrália Ocidental; que pode ser disponibilizado para consulta pública e para a emissão de pareceres públicos) pelo proponente, que de uma forma geral apresenta as possibilidades da proposta;
- 2 O desenvolvimento de um Termo de Referência (*ToR*; *Queensland*) ou descrição detalhada dos requisitos de avaliação ambiental (*New South Wales*) a ser incluída no relatório (em *Queensland* o *ToR* inclui a previsão para comentários do público, enquanto em *NSW* os requisitos devem ter em consideração as opiniões de outros órgãos governamentais);
- 3 A produção de uma Declaração de Impacto Ambiental (*Queensland e New South Wales*) ou um Relatório de Análise Ambiental e Programa de Gestão (Austrália Ocidental) pelo responsável do desenvolvimento dos recursos (no qual é incluído uma apreciação dos impactos sociais);
- 4 Um período de análise e de comentários públicos, e um relatório suplementar para resolver as questões levantadas pelas consultas públicas pode ser exigido pela autoridade competente; e
- 5 Uma decisão ministerial ou de uma agência acerca da aprovação da proposta e um relatório de avaliação ambiental que forneça uma visão geral do processo e que indique se o *EIS* cumpriu todos os regulamentos.

Os métodos técnicos e participativos empregues dentro da *SIA* dependerão do contexto das propostas e dos seus impactos. Embora possam existir alterações de acordo com o contexto, alguns conteúdos serão comuns aos *SIA*. As avaliações de impacto social devem conter informações sobre a mão-de-obra (número, composição e origem, incluindo empreiteiros e subcontratados); localização (proximidade com as comunidades, o tamanho da comunidade, interacção da comunidade com os trabalhadores não residentes); conjuntura (sequência do desenvolvimento, aumento e diminuição e tempos de transição); corredores de logística (redes rodoviárias, aéreas, ferroviárias e portuárias); assim como a informação sobre as políticas e estratégias corporativas (alojamento para os trabalhadores, ofertas de emprego para trabalhadores locais, ofertas de emprego para indígenas, contratação local, etc.).

O acesso a relatórios anteriores e à documentação de apoio é uma questão fundamental em algumas jurisdições. O Departamento de Minas e Petróleo da Austrália Ocidental inclui documentação sobre as propostas de exploração mineiras e relatórios de impacto anteriores numa base de dados com informação acerca dos recursos minerais disponíveis online com acesso ao público em geral (*Minedex*). Estes documentos são disponibilizados juntamente com detalhes de minas e depósitos, estado operacional e a estimativa de recursos minerais. Através da disponibilização dos relatórios do impacto social, o banco de dados incentiva a consistência na prática e metodologia e facilita a análise comparativa dos estudos.

Envolvimento e participação da comunidade

O envolvimento da comunidade no sector dos recursos vai desde a comunicação da proposta do projecto às partes interessadas e a inclusão dos pontos de vista dos mesmos para modificar os projectos, até à participação contínua na avaliação e gestão durante a duração da exploração mineira. É esperado um maior envolvimento por parte das comunidades e governos. **O Envolvimento e a participação da comunidade pode ajudar a proporcionar um diálogo aberto e significativo, e pode influenciar tomadas de decisão, construir laços de confiança, legitimidade, capacidades, tratar das preocupações da comunidade, gerir expectativas, explorar o conhecimento local e negociar futuros mutuamente benéficos que sejam mais sustentáveis e localmente relevantes.** A forma e o nível do envolvimento podem variar ao longo da duração do projecto de exploração mineira e das fases de avaliação do impacto social.

A Austrália e os governos estatais, através do Conselho Ministerial de Recursos Minerais e Petróleo, e em colaboração com a Associação de Exploração e Produção de Petróleo Australiana, a Associação de Exploração de Carvão Australiana, o Conselho de Recursos Mineiras da Austrália e a Associação da Indústria de Pipelines Australiana, desenvolveram uma série de *Princípios de Envolvimento* com as comunidades e com os agentes interessados. Os cinco princípios são:

1. **Comunicação:** Envolvimento aberto e eficaz pressupõe um diálogo, capacidade para ouvir e falar
 - a) Comunicação Bilateral
 - b) Informação clara, precisa e relevante
 - c) Oportunidade
2. **Transparência:** Informação clara e consensual e e processos de retroação
 - a) Transparência
 - b) Relatório
3. **Colaboração:** Trabalhar de forma cooperativa para obter resultados mutuamente benéficos
4. **Inclusão:** Reconhecer, compreender e envolver as comunidades e partes intervenientes do início ao fim do processo.
5. **Integridade:** Conduta de envolvimento que promova o respeito mútuo e a confiança (MCMR, 2005).

Uma maior descrição de cada um destes elementos pode ser encontrado no endereço: http://www.ret.gov.au/resources/Documents/mcmpr/Principles_for_Engagement_with_Communities_and_Stakeholders.pdf

Plano de Envolvimento da Comunidade - *Victoria*

O estado de *Victoria* requer aos potenciais licenciados à exploração de recursos minerais a preparação e a documentação dos compromissos assumidos com as comunidades afectadas pelas actividades de exploração e operação mineira. Os portadores de licença têm o dever de consultar as comunidades de forma proactiva para construir relações que reflectem valores de: confiança, respeito mútuo, transparência e entendimento. As comunidades precisam de oportunidades para fornecer informações acerca de questões que são importantes para eles como parte da criação e manutenção de uma "licença social para operar" aos detentores das licenças.

Isto começa com um processo de consulta previsto seguido pelo desenvolvimento do Plano de Envolvimento Comunitário (CE) que 'identifica claramente a comunidade e descreve como, onde e que tipo de envolvimento irá ocorrer com a mesma durante todas as fases do projecto de exploração mineira.' Estes planos de CE precisam de ser aprovados pelo Departamento de Indústrias Primárias antes que o portador de uma licença tenha autorização para desenvolver um contrato de arrendamento da exploração mineira. Além dos documentos de orientação para os titulares da potencial licença de exploração mineira, o departamento desenvolveu um folheto informativo para os proprietários cuja propriedade esteja sujeita à exploração. Entre os temas abordados estão o processo de consulta à comunidade, gestão dos impactos ambientais, considerações de segurança pública; e negociação de acesso e de acordos de compensação.

<http://www.dpi.vic.gov.au/earth-resources/community-information/guidelines-exploration>

http://www.dpi.vic.gov.au/_data/assets/pdf_file/0016/28051/New-Landholder-Information0410.pdf

Community engagement and participation can assist in developing open, meaningful dialogue, and can influence decision making, build trust, legitimacy, capacities, address community concerns, manage expectations, tap local knowledge and negotiate mutually beneficial futures that are more sustainable and locally relevant.

Comissão de Consulta à Comunidade – *New South Wales*

As comissões de consulta à comunidade são grupos de referência que permitem criar um fórum que gere informação sobre as actividades operacionais e propostas. Um número significativo de operações mineiras na Austrália tem este tipo de comissões. As comissões de consulta à comunidade em NSW são obrigatórias para que haja aprovação pelo Ministro do Planeamento. Estas fornecem informação acerca da avaliação do projecto, a implementação das condições de aprovação, os resultados da monitorização, relatórios anuais de gestão ambiental e análise das reclamações apresentadas pela comunidade. As comissões podem realizar visitas aos locais; aconselhar iniciativas que a empresa pode levar a cabo e colaborar com as comissões das outras explorações mineiras, para discutir problemas comuns e responder aos impactos cumulativos.

A comissão é constituída por um presidente independente, 3-5 representantes da comunidade local e de outros intervenientes, um representante do governo local e 2-3 representantes da exploração mineira. Os representantes governamentais não fazem parte da comissão mas podem participar das reuniões a pedido da comissão. Os representantes da comunidade são escolhidos mediante anúncio na imprensa local. As reuniões devem ser realizadas trimestralmente com intervenções gravadas pelos representantes da empresa e estas devem ser postas à disposição do público, geralmente através do *site* da empresa. Apesar da comissão ser incentivada a estabelecer contactos com a comunidade em geral, apenas o presidente pode falar publicamente em seu nome.

Para que as comissões de consulta à comunidade sejam o mais eficazes possível, é necessário haver uma governação forte e mecanismos de informação de retorno à comunidade para que se proporcione a oportunidade para opinar e dar informação acerca dos resultados. Há também a necessidade de garantir uma ampla representação, incluindo não só grupos de organizações de jovens, de idosos, do comércio local, do turismo, da saúde, da assistência social, do policiamento e educação, mas também de grupos ambientais, governamentais e comunitários para garantir que se contemple uma série de questões, enquanto as comissões se mantêm com um tamanho considerável.

http://www.planning.nsw.gov.au/assessingdev/pdf/ccc_guidelines_2007.pdf

Planos de Gestão do Impacto Social

Os Planos de Gestão do Impacto Social (*SIMP*) traçam as estratégias escolhidas durante as fases de implementação de um empreendimento (incluindo o encerramento) para monitorizar, relatar, avaliar, analisar e responder de forma proactiva à mudança.

Os *SIMP* estão cada vez mais a tornarem-se uma exigência por parte dos governos e dos investidores dos projectos. Estes são geralmente desenvolvidos como um resultado da preparação das declarações de impacto para a aprovação do projecto, e em seguida, actualizadas periodicamente. O plano vai dar resposta a todas as questões sociais consideradas prioritárias durante a fase da avaliação. Os *SIMP* deveriam articular um sistema de gestão interno da empresa para responder aos impactos de uma forma adaptável durante todo o projecto.

Em *Queensland* os *SIMP* devem ser submetidos em conjunto com os *SIA* para a aprovação do projecto. Os planos são um documento autónomo que resumem as conclusões do *SIA* e definem a gestão e a monitorização contínua dos impactos. O governo de Queensland desenvolveu uma directriz que define os requisitos: <http://www.dlqp.qld.gov.au/resources/guideline/simp-guideline.pdf>

Desenvolvimento regional e comunitário

Em conjunto com o desenvolvimento de empresas locais e de emprego, os responsáveis pelo desenvolvimento dos recursos também costumam ter programas de apoio às actividades comunitárias, infra-estruturas e serviços sociais. Tradicionalmente, estes programas têm feito parte de um perfil mais amplo das relações públicas, mas nos últimos anos tem havido uma mudança na abordagem de desenvolvimento comunitário e regional que dá prioridade e coordena investimentos de acordo com as necessidades das comunidades e de futuros próximos.

Os programas de desenvolvimento comunitário e regional oferecem uma oportunidade de se concentrarem e coordenarem os investimentos num local a nível regional. Dentro do desenvolvimento comunitário deve-se privilegiar a delimitação, os estudos diagnósticos e elaboração de perfis, as fases de análise da avaliação do impacto social, com mais relevância, através da participação da comunidade. As **parcerias** são muitas vezes uma ótima oportunidade para implementar a criação de capacidades e programas de desenvolvimento, serviços sociais e infra-estruturas. (Kemp 2009) Parcerias entre organizações, prestadores de serviços, governos e empresas de desenvolvimento de outros recursos e entidades industriais podem ser eficazes na mobilização de um grande número de recursos, incentivando o investimento e a coordenação de actividades para responder a questões complexas. Estas também podem ser aproveitadas para implementar iniciativas de desenvolvimento comunitário e do meio associativo de forma a criar capacidade das comunidades e suas organizações para evitarem a dependência dos responsáveis pelos empreendimentos. Os governos podem desempenhar um papel fundamental ao incentivar uma maior entrega por parte da comunidade e do desenvolvimento regional.

Iniciativa "Cidades de Pilbara" - Austrália Ocidental

"Cidades de Pilbara" é um programa que usa os impostos provenientes da exploração mineira em benefício das comunidades isoladas da região de Pilbara. A região de Pilbara detém uma quantidade significativa de empreendimentos de minério de ferro, de petróleo e de gás natural. A visão para estes 25 anos, aponta para um programa de desenvolvimento de 1 bilião de dólares australianos cujo objectivo é promover a qualidade de vida das regiões com serviços modernos dando um grande apoio às comunidades locais. Devido à recente exploração mineira e as actividades industriais adjacentes, a região de Pilbara sofreu um enorme crescimento populacional. Como consequência, não há habitação suficiente a preços acessíveis, serviços comunitários, instalações educacionais, infra-estruturas ou outras amenidades para responder à procura. Estes factores resultam numa enorme pressão em cidades regionais isoladas que já sofrem o impacto dos trabalhadores transientes das explorações mineiras. Esta iniciativa pretende atenuar estas pressões através de:

- Coordenação do desenvolvimento das infra-estruturas do abastecimento de água, gestão das águas residuais, melhoramento das vias rodoviárias, do porto e do aeroporto e expansão das telecomunicações;
- Investimento nos projectos educativos para melhorar cuidados de saúde, instalações recreativas e culturais e oportunidades educativas;

- Planeamento para o crescimento administrando o desenvolvimento de habitação para as pessoas que trabalham em todos os sectores, investindo em projectos de dinamização do centro da cidade, aproveitamento de terras subutilizadas ou supra utilizadas para a construção de propriedades residenciais; e
- Aumento da diversidade económica e industrial de forma a que a região de Pilbara não esteja dependente somente da exploração mineira e de indústrias ligadas a este ramo para a entrada de receitas a longo prazo.

Durante todas estas actividades é considerada a consulta e a participação dos povos indígenas.

<http://pilbaracities.com/>

Clermont Preferred Futures - Queensland

Clermont é uma pequena comunidade rural com aproximadamente 2500 habitantes localizada a 200 km do interior de Mackay, em Bowen Basin, Queensland. A cidade foi fundada antes da exploração de carvão na região. Em Clermont, a empresa de exploração mineira Rio Tinto tem trabalhado em estreita colaboração com o governo local e com a comunidade para responder às necessidades de desenvolvimento de infra-estruturas através do apoio dado a uma iniciativa comunitária de planeamento estratégico Clermont Preferred Futures. Os pedidos relativos às infra-estruturas têm em vista os potenciais impactos adicionais que poderão surgir da abertura da segunda mina (Mina de Carvão de Clermont) próxima da mina já existente Blair, que deverá encerrar em 2015 e dessas transições. Clermont tornou-se dependente da actividade económica da mina e o processo de visão comunitário forneceu uma oportunidade para que se atinjam futuros investimentos que permitam deixar um legado positivo pós-exploração.

Liderado pelo Conselho Regional Isaac (anteriormente o Conselho Belyando Shire) preparado pelo Instituto para o Desenvolvimento Regional Sustentável na Universidade de Central de Queensland e patrocinada pela Rio Tinto, o plano da comunidade é um quadro estratégico para orientar o progresso da mesma durante as próximas duas décadas e assegurar investimentos para atingir os objectivos da comunidade. Este exercício foi elaborado a partir do estudo diagnóstico socioeconómico da cidade. Consistia na definição do mapa de acordo com os intervenientes, na análise das características socioeconómicas da região e na cobertura dos dados existentes, identificando o trabalho anterior e planos e estratégias existentes em parcerias desenvolvidas. Esta visão foi desenvolvida a partir da consulta da comunidade e da informação vinda de um comité de direcção. Um plano de acção foi elaborado e foi nomeado um oficial para coordenar a sua implementação. Este plano é financiado pela Rio Tinto em conjunto com o governo local e é, actualmente, utilizado para orientar o desenvolvimento da comunidade e das actividades de investimento.

Impacto e acordos de benefícios

Os acordos negociados podem ocorrer entre os exploradores dos recursos e os proprietários de terra e as comunidades ou povos indígenas. O tipo mais comum de impacto negociado e acordo de benefícios na Austrália são os acordos de uso da terra indígena (*ILUAS*), que estão previstos na lei (mais informação em *ILUAS* e Títulos Nativos estão disponíveis no Tribunal de Título Nativo Nacional: <http://www.nntt.gov.au/Indigenous-Land-Use-Agreements/Pages/default.aspx>)

Os acordos negociados ocorrem normalmente de forma bilateral entre os exploradores dos recursos e as partes intervenientes, no entanto o estímulo para que se proceda a um acordo e o seu conteúdo pode ser influenciado por políticas governamentais. Exemplos incluem os *ILUAS* ou acordos de conduta e compensação em *Queensland* (ver caixa de texto).

Os acordos podem incluir disposições sobre como os impactos devem ser abordados e os processos de governação que gerem as relações entre as partes. Os acordos negociados fornecem oportunidades adicionais para as comunidades influenciarem ou participarem em desenvolvimentos e proporcionam uma margem para que os acordos sejam explicitamente relacionados com os resultados da *SIA* (Esteves, Franks e Vanclay, prestes a ser publicado).

Acordos de Conduta e Compensação – *Queensland*

No estado de *Queensland*, a exploração e os projectos de desenvolvimento de exploração mineira e energética estão a aumentar em número e em extensão geográfica. Deste modo tornou-se cada vez mais necessário para o governo estatal equilibrar as necessidades do sector agrícola e de exploração de recursos. Em 2010, o estado de *Queensland* aprovou uma nova legislação que confere consistência, transparência, equilíbrio e igual acesso a terras e compensação para ambos os sectores através dos 'Acordos de Conduta e Compensação'. Estes acordos distinguem entre 'actividades preliminares' e 'actividades avançadas' relacionadas com a exploração mineira e energética. O novo quadro fornece orientação e apoio tanto para os proprietários como para os detentores da autoridade dos recursos para que lidem de forma responsável e directa um com o outro aquando da negociação de um acordo equilibrado e equitativo acerca do uso e da compensação de parcelas de propriedade privada.

Os proprietários devem ser notificados previamente do início de actividades preliminares relativas à exploração mineira de forma a minimizar os efeitos sobre os proprietários das terras. Um acordo secundário e compensatório deve igualmente ser negociado pessoalmente para que haja actividades de exploração avançada de forma a não perturbar o uso da terra por parte do proprietário. O acordo deve especificar as actividades propostas com antecedência. As novas leis de acesso à terra e compensação estereotipadas e os modelos de acordo de deferimento têm por finalidade auxiliar os processos de negociação e a resolução de litígios entre os proprietários e os titulares das licenças de exploração. O governo recomenda que ambas as partes procurem aconselhamento legal independente à medida que forem progredindo nas negociações, uma vez que o quadro, por si só, não previne ou resolve divergências.

http://mines.industry.qld.gov.au/assets/land-tenure-pdf/6184_landaccesslaws_guide_print.pdf

Quadro de Sustentabilidade *Aurukun – Queensland*

O quadro de sustentabilidade de *Aurukun* foi uma iniciativa do governo de *Queensland* que visa incluir perspectivas da comunidade sobre o desenvolvimento sustentável em estudo de viabilidade e planeamento a longo prazo de uma mina de bauxite em *York Cape*. Este caso é um exemplo onde a aquisição e detenção de um mineral (através de um processo competitivo internacional) exigia que o requerente respeitasse uma série de requisitos sociais e económicos impostos pelo estado. O estado fez questão de aplicar as melhores práticas e retirar princípios/ directrizes internacionais ao longo das últimas décadas de avanços no sector de exploração mineira (no casos do envolvimento da comunidade). Este caso demonstra que a relação entre questões de impacto social e as questões técnicas, desde logo e antes de qualquer *EIA* ser accionado, não é apenas importante, mas possível.

O governo de *Queensland* cancelou um contrato de exploração de uma mina de bauxite que se situa perto de *Aurukun*, uma região habitada principalmente pela tribo *Wik* e *Wik-Way* (detentores de Títulos Nativos) no *York Cape*. O titular do arrendamento anterior não cumpriu os termos do contrato e o estado decidiu abrir um concurso para a exploração a nível internacional.

O governo de *Queensland* tentou aplicar melhores práticas a partir das experiências das partes anteriormente intervenientes no processo de pesquisa e desenvolvimento da indústria no tratamento de potenciais áreas de gestão ambiental e de fraco desenvolvimento económico. A abordagem teve como objectivo abranger os interesses da comunidade com os resultados do desenvolvimento sustentável durante o período de exploração e assegurar que o processo de avaliação proposto foi seguro e transparente. As características fundamentais para abordar as perspectivas dos interessados e dos riscos previstos incluiu a criação de um quadro orientador com requisitos a partir dos estudos diagnósticos para as investigações socioeconómicas através de um plano de desenvolvimento sustentável (SDP), tendo o estado como examinador e uma política de governo comunitária (incluindo papéis, responsabilidades e compromissos existentes para o desenvolvimento sustentável da região).

Governança multisectorial

As parcerias e grupos de trabalho multisectorial são uma forma de facilitar a cooperação em torno de um objectivo particular e solidificar uma colaboração contínua para enfrentar problemas complexos. As parcerias podem existir entre os exploradores do projecto, governos estatais e locais, organizações comunitárias, sindicatos, etc. Alguns estados australianos têm um quadro político que encoraja a criação de parcerias para a resolução de questões sociais associadas ao desenvolvimento dos recursos.

De uma forma geral, os grupos de trabalho podem partilhar informação estratégica, desenvolver e coordenar soluções, fazer uma pesquisa sobre as metodologias das melhores práticas e promover a comunicação entre os diversos sectores. A nível operacional, os grupos de trabalhos local podem fornecer um envolvimento contínuo e dar retorno aos responsáveis pelo desenvolvimento do projecto, identificar e levar a cabo as melhores estratégias, programas e projectos para abordar os impactos que causam alguma preocupação.

De uma forma geral, os grupos de trabalho podem partilhar informação estratégica, desenvolver e coordenar soluções, fazer uma pesquisa sobre as metodologias das melhores práticas e promover a comunicação entre os diversos sectores.

Grupo de Impactos Cumulativos Moranbah – Queensland

O Conselho Regional Isaac, em colaboração com o governo estatal, a indústria de carvão, sindicatos e representantes da comunidade estabeleceu um grupo de referência multisectorial para desenvolver e implementar estratégias para lidar com os impactos cumulativos da exploração mineira sobre as infra-estruturas na cidade de *Moranbah*. *Moranbah* situa-se na bacia de *Bowen*, em *Queensland* e está rodeado de explorações de carvão subterrâneas e a céu aberto. O grupo foi criado com base no acordo colectivo de que mais poderia ser feito, no sentido de melhorar a gestão dos impactos cumulativos ambientais e socioeconómicos na cidade, em especial a produção de poeira resultante das várias explorações mineiras, do petróleo, da agricultura, do desenvolvimento da terra e das actividades da indústria ligada à exploração mineira em toda a cidade.

Com o aumento das actividades de exploração mineira em redor de *Moranbah*, e da perspectiva da produção de mais poeira, o grupo crê que há ainda muito a beneficiar de uma abordagem proactiva imediata, ao invés de uma abordagem reactiva, mais tarde. As questões relacionadas com a poeira ainda não foram devidamente abordadas, mas este problema está actualmente a ser estudado pelo regulamento de exploração mineira individual de acordo com uma norma nacional não adequada às condições e perspectivas locais. Este sistema resultou na adopção de uma série de abordagens para controlar as poeiras resultantes das explorações mineiras, incluindo vigilância em tempo real, monitorização da mão-de-obra, monitorização das fronteiras e vigilância do receptor próximo do local de exploração. A fiscalização do cumprimento destas normas é geralmente resultado de uma queixa. O grupo de referência está a seguir uma abordagem colectiva voluntária, para complementar o sistema de regulamentação em vigor.

Comité Comunitário da Indústria de *Pilbara* – Austrália Ocidental

O Comité Comunitário da Indústria de *Pilbara* (*PICC*) é um órgão liderado pela indústria, com um corpo multisectorial na Austrália Ocidental. *PICC* é constituído por *BHP Billiton Iron Ore*, *Chevron Australia*, *Fortescue Metals Group*, *North West Shelf venture*, *Rio Tinto Iron Ore*, *Woodside*, *a Commonwealth*, governos locais e governo da Austrália Ocidental e a Câmara de Exploração Mineira e Energética da Austrália Ocidental. O *PICC* tem duas áreas de abrangência: um programa de emprego para o povo indígena e um programa de melhoria das cidades. Os projectos recentes incluem o aumento de emprego e previsão de aumento de população na região, uma iniciativa de saúde em *Pilbara* e uma revisão na área da educação. Os grupos de trabalho multisectoriais, tal como o *PICC*, oferecem oportunidades de partilha da informação estratégica, desenvolvimento e coordenação de soluções, pesquisa acerca das melhores práticas e metodologias de avaliação e promoção da comunicação entre os diversos sectores. Os grupos de trabalho multisectoriais estão bem colocados para se concentrarem na gestão de questões sociais numa escala regional.

http://www.cmewa.com/In_the_Regions/PICC

Conclusão:

RUMO A MELHORES PRÁTICAS

Há uma crescente expectativa por parte das comunidades e governos acerca dos responsáveis pelo desenvolvimento dos recursos no âmbito social. **A avaliação do impacto social é um processo de extrema importância que podem auxiliar estes responsáveis a compreender e responder às mudanças introduzidas pelos projectos de exploração recursos e melhorar os resultados para a sociedade.** Tradicionalmente a SIA tem utilizado métodos analíticos participativos e técnicos para antecipar mudanças mas as recentes alterações políticas na Austrália têm também encorajado a aplicação de estratégias de

gestão e monitorização durante o projecto para minimizar resultados negativos e maximizar benefícios. **A consideração inicial dos impactos sociais, o alinhamento das actividades de acordo com os objectivos de planeamento comunitários e regionais, e uma participação significativa da comunidade nas tomadas de decisão são características fundamentais de um regime de política que irá demonstrar o uso de melhores práticas e apoiar o desenvolvimento sustentável das comunidades onde há exploração de recursos.**

ACKNOWLEDGEMENTS

This paper has drawn in part from material and concepts previously published by the author (Franks, 2011; Browne, Franks and Kendall, 2011; Franks et al., 2009, 2010). The author would like to acknowledge the co-authors of this work for their assistance in the development of the ideas presented here. Carol Bond provided research assistance in the preparation of this document, which is greatly appreciated.

REFERÊNCIAS

- Becker, H and Vanclay, F (Eds). 2006. The International Handbook of Social Impact Assessment: Concept and Methodological Advances. Edward Elgar. Cheltenham UK. pp. 74-91.
- Browne, W., Franks, DM., & Kendall, G, 2011. The Foundations for Responsible Mining in Cambodia - Suggested Approaches. Phnom Penh, Cambodia: United Nations Development Programme.
- Esteves, A. M., Franks, DM., & Vanclay, F. (forthcoming). The State of the Art of Social Impact Assessment. *Impact Assessment and Project Appraisal*, special issue on 'Impact Assessment: a global review of the state-of-the art'.
- Franks, DM, Brereton, D, Moran, CJ, Sarker, T and T, Cohen. 2010. Cumulative Impacts - A Good Practice Guide for the Australian Coal Mining Industry. Centre for Social Responsibility in Mining & Centre for Water in the Minerals Industry, Sustainable Minerals Institute, University of Queensland. Australian Coal Association Research Program. Brisbane.
- Franks, DM, Fidler, C, Brereton, D, Vanclay, F and P, Clark. 2009. Leading Practice Strategies for Addressing the Social Impacts of Resource Developments. Centre for Social Responsibility in Mining, Sustainable Minerals Institute, The University of Queensland. Briefing paper for the Department of Employment, Economic Development and Innovation, Queensland Government. November. Brisbane.
- Franks, DM. 2011. Management of the Social Impacts of Mining. In P Darling (Ed.). SME Mining Engineering Handbook. Society for Mining, Metallurgy, and Exploration. Colorado. Chapter 23.4.
- Kemp, D. 2009. Community Relations in the Global Mining Industry: Exploring the Internal Dimensions of Externally Orientated Work, *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*.
- Ministerial Council on Mineral and Petroleum Resources (MCMPR). 2005. Principles of Engagement with Communities and Stakeholders. Canberra.
- Vanclay, F. 2002. Conceptualising social impacts. *Environmental Impact Assessment Review*, 22 (3). pp. 183-211.
- Vanclay, F. 2003. International Principles for Social Impact Assessment, *Impact Assessment and Project Appraisal* 21(1): 5-11.
- Vanclay, F. and Esteves A.M. (Eds). 2011. New Directions in Social Impact Assessment: Conceptual and Methodological Advances. Cheltenham: Edward Elgar.



Contact

International Mining for Development Centre

Perth, Western Australia
Australia 6009
Email: admin@im4dc.org

www.im4dc.org

The Energy and Minerals Institute

The University of Western Australia
M460A, 35 Stirling Highway
Crawley, Perth
Western Australia, Australia 6009
Tel: +61 8 6488 4608
Email: emi@uwa.edu.au

The Sustainable Minerals Institute

The University of Queensland
St Lucia, Brisbane
Queensland, Australia 4072
Tel: +61 7 3346 4003
Email: reception@smi.uq.edu.au